

Tendências/Debates

AUC

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por um Brasil viável

ANTÔNIO DIAS LEITE

É tempo de pensar-se de novo no futuro — para além da sucessão presidencial — e no desenvolvimento econômico e social do país a longo prazo. É preciso que isso seja feito com confiança na nossa capacidade de iniciar e sustentar uma nova etapa do processo de crescimento, desta feita com maior ênfase na distribuição de renda. É indispensável, enfim, que na ação prática de cada um de nós, nas organizações e instituições a que pertencemos, se dê um "basta" à marcha do Brasil rumo à mediocridade, na qual fomos progressivamente nos engajando. É especialmente importante que na votação, ora iniciada, da nova Constituição, sejam evitadas as disposições capazes de consolidar a mediocridade e de colocar em risco a própria viabilidade do país.

Não podemos desconhecer mas não devemos também exagerar as consequências negativas da crise global que estamos atravessando neste período de transição política. Há que ter em conta, inclusive, que as suas naturais dificuldades foram exacerbadas não só pelo acidente político inicial como pela deterioração recente da economia nacional que culminou com o estancamento do processo de crescimento econômico. Este, por sua vez, foi fortemente influenciado por fatores externos, independentes de nossa vontade, como os choques do petróleo, a nefasta evolução das finanças internacionais e a deterioração dos nossos termos de intercâmbio com as nações industrializadas. Em tudo isso cada um de nós, brasileiro, tem alguma parcela de responsabilidade, no que se passa agora e/ou no que passa antes de iniciar-se a "Nova República". Será assim também no futuro já que podemos esperar por algo melhor que o destino mediocre ao qual alguns grupos, que acreditamos minoritários, nos querem condenar.

Já conseguimos desencadear, reverter e aperfeiçoar — à nossa maneira — um processo de crescimento econômico sustentado. Compreendeu dois grandes períodos de 15 anos



aproximadamente (1946 a 61 e 1966 a 80) com alguns acidentes de percurso e um intervalo de quatro anos (1962 a 65). Durante este processo organizou-se uma força de trabalho de todos os níveis, da qual podemos nos orgulhar, e mostrou-se uma infraestrutura e um parque industrial que nos assegura relativa autonomia diante das nações mais desenvolvidas. Embora com algum atraso modernizou-se, também, boa parte da agricultura.

O processo material e a ênfase nos investimentos produtivos foram todavia acompanhadas de uma evolução social que contém aspectos negativos, entre os quais: o forte ritmo de crescimento e urbanização da população; a excessiva e inaceitável desigualdade na distribuição de

renda; e a atenção insuficiente pela educação nacional, notadamente quanto à sua qualidade. Trata-se, aliás, de aspectos intimamente relacionadas entre si.

Seria de desejar que a transição política propiciasse a revisão de rumos e a correção de distorções no domínio econômico e social com o aproveitamento daqueles empreendimentos, instituições e organizações que houvessem um potencial de contribuir para uma nova fase de desenvolvimento integrado do país. Mas, infelizmente, não é esse o caminho que parece estar sendo preferido por representantes segmentos da sociedade brasileira que vêm, sistematicamente, minimizando a importância das atividades positivas.

Na administração pública, o presidente Sarney de certa forma traduziu esse sentimento dominante ao adotar a expressão "Tudo pelo Social" como palavra de ordem do seu governo. Como se fosse possível em um país ainda pobre, como um todo, distribuir benefícios sociais — que são uma forma de venda — sem um continuado aumento da produção nacional e sem uma atividade empresarial cada vez mais eficiente e capaz de assegurar empregos e ascensão social aos trabalhadores.

Na Assembléia Constituinte há numerosas propostas que asseguram direitos sociais sem qualquer menção ao trabalho como obrigação social e fonte insubstituível de criação da riqueza a distribuir. Há propostas justas e injustas, eficazes e ineficazes. Há inclusive propostas que instituem benefícios e privilégios moralmente condenáveis. Nesse contexto tanto o projeto da Comissão de Sistematização como os substitutivos do Centrão contém, cada um, pelo menos meia dúzia de proposições, que além de justificativa pelo menos duvidosa, podem concorrer para a ruína de instituições da administração pública e até mesmo — tal seja o elenco de tais proposições que viesse a ser adotado — concorrer para a inviabilização econômica do país.

Prevalece, por tudo isso que se passa no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo, um sentimento de grande preocupação quanto ao futuro do Brasil — para além da sucessão presidencial e do término da elaboração da Constituição — e cabe fazer um apelo aos congressistas. Especialmente àqueles que lá estão, em Brasília, no seu árduo trabalho em prol do bem comum e que acreditamos devam constituir maioria. Trata-se de demonstrar a demagogia e o fisiologismo e as suas propostas menores, na hora final da cotação, com vistas à aprovação de uma Constituição que assegure a viabilidade do Brasil.